

**RELATORIA:** DEB

**TERMO:** VOTO À DIRETORIA COLEGIADA

**NÚMERO:** 216/2017

**OBJETO:** AUTORIZAÇÃO DA DIAS E BARRETO TRANSPORTES LTDA - ME PARA A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO REGULAR DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO COLETIVO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE PASSAGEIROS, REALIZADO EM REGIME DE AUTORIZAÇÃO.

**ORIGEM:** SUPAS

**PROCESSO (S):** 50500.411715/2017-88

**PROPOSIÇÃO PRG:** NÃO HÁ MANIFESTAÇÃO

**PROPOSIÇÃO DEB:** POR AUTORIZAR

**ENCAMINHAMENTO:** À VOTAÇÃO – DIRETORIA COLEGIADA

## I - DAS PRELIMINARES

Trata-se de solicitação da **DIAS E BARRETO TRANSPORTES LTDA - ME**, inscrita no CNPJ nº 02.884.387/0001-11, para a prestação de serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, realizado em regime de autorização, mediante Termo de Autorização, nos termos da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

## II – DA ANÁLISE PROCESSUAL

Por meio do processo administrativo de cadastramento nº 50500.411715/2017-88, a empresa Dias e Barreto Transportes Ltda – ME encaminhou pedido de habilitação para obtenção do TAR, visando a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização (fls. 02/98).

Em 04 de outubro de 2017, após análise do processo, a Gerência de Habilitação de Transporte de Passageiros – GEHAB identificou pendências relativas à ausência do envio de balanço patrimonial de abertura registrado na Junta Comercial do estado de domicílio da empresa (fl. 100).

A pendência foi sanada pela empresa, por meio do envio da documentação solicitada, conforme pode ser verificado nas folhas 103 a 110 dos autos.

Em 06 de novembro de 2017, por meio de Mensagem nº 3533/2017, fl. 111, a GEHAB comunicou à empresa que a análise da documentação havia sido concluída sem pendências.

Por meio da Nota Técnica nº 74/GEHAB/SUPAS (fls. 112/113) a GEHAB afirmou que após análise da documentação apresentada pela empresa DIAS E BARRETO TRANSPORTES LTDA – ME, verificou-se que essa atendeu plenamente as exigências regulamentares estabelecidas na Resolução nº 4.770/2015.

Ademais, conforme estabelece a Lei nº 10.233/2001, compete a ANTT dentro de sua esfera de atuação, autorizar a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros.

O artigo 24, inciso IV, do referido diploma legal, confere a esta Agência a atribuição de elaborar e editar normas e regulamentos relativos à prestação do serviço de transporte. Nesse sentido, exercendo o cumprimento de suas atribuições legais, foi editada a Resolução ANTT nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que estabelece que para obtenção do Termo de Autorização a empresa deverá apresentar requerimento à ANTT, acompanhado da documentação exigida nos termos dos arts. 6º ao 19 da citada Resolução.

O artigo 23 da Resolução ANTT nº 4.770/2015 estabelece que:

[...]

Art. 23. Cumpridas as exigências estabelecidas neste Capítulo, será deferido o pleito e publicado o Termo de Autorização, no qual constará o número de inscrição no CNPJ, a razão social da transportadora e o número do Termo de Autorização, além das informações previstas no art. 44 da Lei nº 10.233/2001.

[...].

A documentação encaminhada pela transportadora deverá ser analisada e, caso atendidas as exigências regulamentares, será emitido, por ato da Diretoria e publicado no Diário Oficial da União – DOU, o Termo de Autorização que irá autorizar a empresa a prestar o serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros.

Nesses termos, autorizada a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros sob o regime de autorização, mediante publicação do Termo de Autorização no DOU, as transportadoras habilitadas para a prestação de serviços regulares poderão requerer para cada serviço a Licença Operacional.

Também foi definido na citada Resolução que a cada 3 (três) anos a autorizatária deverá atualizar a documentação elencada no art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770/2015, sob pena de extinção da autorização delegada pela ANTT.

Deverá ser declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório



A ANTT poderá extinguir autorização mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado.

As autorizatárias na prestação do serviço deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770/2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros sob o regime de autorização e a sua não observância implicará na aplicação das sanções previstas em resolução específica.

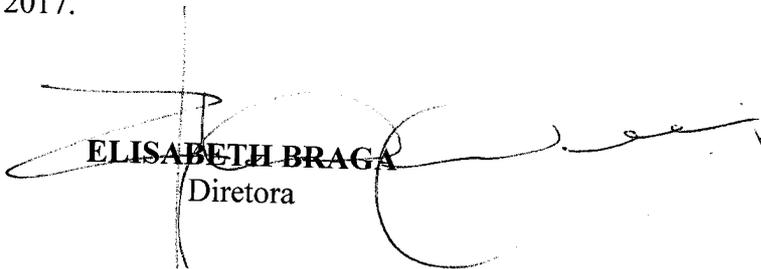
Com base nos citados normativos e na análise da GEHAB, em Relatório à Diretoria (fls. 114/116), a Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros – SUPAS concluiu que a empresa DIAS E BARRETO TRANSPORTES LTDA – ME atendeu a todos os requisitos necessários à obtenção do TAR, razão pela qual não se observa óbice à aprovação da matéria.

Ressalta-se que não houve manifestação da Procuradoria-Geral por se tratar de matéria de análise estritamente técnica.

### III – DA PROPOSIÇÃO FINAL

Isso posto, **VOTO** por aprovar e autorizar a empresa DIAS E BARRETO TRANSPORTES LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 02.884.387/0001-11, a realizar a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização, mediante Termo de Autorização de Serviços Regulares – TAR nº 220, devendo a Superintendência de Serviços de Transporte de Passageiros - SUPAS dar publicidade a Licença Operacional deferida e autorizar o início da operação das linhas da autorizatária, a partir da data da publicação da Resolução no Diário Oficial da União – DOU.

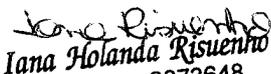
Brasília, 27 de novembro de 2017.

  
**ELISABETH BRAGA**  
Diretora

**ENCAMINHAMENTO:** À **Secretaria-Geral (SEGER)**, com vistas ao prosseguimento do feito.

Em: 27 de novembro de 2017.

Ass:

  
**Iana Holanda Risenho**  
Matricula: 2073648  
Assessoria – DEB

